 **Figura 01:** Mapa esquemático da lagoa
Fonte: Adaptado pelo google earth

HNATDRAPRDATZA O

Substantivo feminino. 1 - Ato ou efeito de interpretar. 2 - Arte e técnica de interpretar. 3 - Modo de interpretar.

É Á A A

Adjetivo de dois gêneros 1 - Tudo que rodeia ou envolve os seres vivos e/ou as coisas; meio ambiente. 2 - Que é relativo ao meio físico ou social circundante. 3 - Lugar, espaço.

ÉA Æ

Substantivo feminino. 1- Depressão de pequena profundidade, contendo água doce ou salgada. 2 - Massa de água rodeada por terra em grande extensão.

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso I
Semestre 2017/2

Acadêmica: Raquel Peres Ferreira
Orientador: Pedro Luiz K. Medeiros

N X BNX X ÔI B Á MX BB
ÔZ LZFOZ CD SOMARIO 6B





TDMZ

Arquitetura Socioambiental.

PZLZVRZS BGZVD

Educação ambiental. Interpretação ambiental. Meio ambiente. Conscientização. Preservação. Arquitetura.

ZFRZCDBHMDNTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que na sua infinita bondade, permitiu-me realizar este sonho.

Ao meu orientador Pedro, pela confiança e dedicação, me orientando sabiamente para que esse trabalho fosse possível.

A minha mãe, por toda força e incentivo, meu exemplo de motivação e determinação. Ao meu irmão e minha vó pela preocupação contínua e pelo carinho. Ao meu pai, que mesmo de longe sei o quanto compartilha comigo dessa felicidade.

Ao meu melhor amigo e companheiro, que permaneceu desde o início, ao meu lado, sempre pacientemente, mesmo nos momentos de desânimo. Foi companhia nas noites em claro e em todos os dias de entrega, foi encorajador e acreditou no meu sonho.

Aos meus amigos e família, pela compreensão de minha ausência ou da minha meia-presença nesses anos. E aos amigos que a arquitetura me deu, que agora juntos compartilhamos essa conquista.

É

É



As transformações no meio ambiente sempre ocorreram, decorrentes de antrópicas (fenômenos naturais e de ações humanas). Entretanto, algumas dessas transformações vêm provocando problemas na sociedade em geral e, dentre esses, um de grande relevância é a questão da degradação ambiental. Fato que pode ser percebido na Lagoa de Sombrio, localizada no Sul do Estado de Santa Catarina, que vem sofrendo as consequências de um longo processo de degradação, das quais as mais visíveis são a redução da lâmina d'água e o desaparecimento de parte da fauna e da flora.

E como instrumento de conscientização e incentivo a mudanças comportamentais nessa relação do indivíduo com o meio ambiente, surge a Educação Ambiental. O processo para se alcançar um equilíbrio ambiental, inclui novas práticas comportamentais da população, para que isso se torne possível é preciso disseminar as informações e as atividades da Educação Ambiental.

Dentro deste contexto, o presente trabalho visa à criação de um equipamento em uma das cidades abrangidas pela lagoa e abrigará as atividades de educação e interpretação ambiental. No presente capítulo será abordada a contextualização do tema, seguido da fundamentação teórica no capítulo 2. Análises urbanas, definição do recorte e condicionantes serão apresentadas no capítulo 3. Referenciais arquitetônicos no capítulo 4 e, posteriormente, diretrizes e intenções projetuais e o partido arquitetônico da proposta no capítulo 5.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

01 N R ÔI EE

02 Ê R ÁX ÔI BX NN EN
B

03 N X 6N ÔI BE
BB

04 B B

05 NR B NX NN B
B

06 BMM6N F ÊN B

BÉ

1

UM

INTROCU 0

R L T B IUSTHEBZTWÉ

Localizada no Extremo Sul de Santa Catarina, a Lagoa de Sombrio tem a maior reserva de água doce e é a maior em extensão do Estado. Em torno dos seus 50,60km² de área, 5 municípios se desenvolveram ao longo do tempo. São esses: Sombrio, Santa Rosa do Sul, Balneário Gaivota, São João do Sul e Passo de Torres.

Dentre eles, destaca-se o município de Sombrio, que é o que vem apresentando a maior taxa de crescimento urbano nos últimos dez anos, tendo aproximadamente 26.613 habitantes (IBGE 2010). Sua matriz econômica está baseada na indústria, agricultura e comércio, e é histórica a sua conexão com a lagoa.

O crescimento da cidade, até meados dos anos 80 do século passado, limitado pelo leito da BR-101 que corta o município no eixo norte/sul e pelo rio da laje, que propiciou um saudável afastamento entre as edificações da cidade e as margens da lagoa. A partir da década de 90, houve um aumento de 50% da população de Sombrio em 10 anos, e a Br-101 já não deu mais conta de segurar a expansão urbana que se deu no sentido oeste da rodovia.

Com a conclusão da duplicação da BR-101 em 2013 e a elevação de suas pistas ao longo da malha urbana de Sombrio, a rodovia assume novamente o efeito barreira, dividindo a cidade em duas e um efeito colateral desta realidade foi um novo eixo de expansão da área urbanizada, desta vez ao longo da BR-101, aproximando a cidade perigosamente das margens da lagoa.

Há 5 mil anos, a Lagoa do Sombrio possuía formas diferentes do que possui atualmente. Juntamente com a Lagoa do Jacaré, e a Lagoa do Caverá em Santa Catarina, e também a Lagoa Itapeva, no Rio Grande do Sul, formavam uma grande e profunda mancha de água no Sul da América (GUIMARÃES, 1997).

A alteração das formas e do ambiente natural da lagoa começaram a ocorrer de forma não natural na década de 1970, com a alteração do percurso de dois canais, um ligando a Lagoa do Caverá e outro ligando com o Rio Mampituba, que sucedeu no aumento da vazão de água, diminuição da lâmina d'água, e sucessivamente, cresceram as terras utilizáveis para a agricultura.

O processo de degradação só aumentou, devido as atividades antrópicas que vieram ocorrendo desde então. Dentre essas atividades destacam-se o uso de agrotóxicos nas culturas de fumo e arroz, o aumento da apropriação das margens da lagoa para o cultivo da rizicultura, a construções de diques para conter a expansão da lagoa, despejos da indústria de beneficiamento da mandioca, a inexistência de redes de tratamento de esgotos ao longo do seu afluente o rio da Laje, o aterro sanitário em uma área adjacente a lagoa, a existência de postos de abastecimento.

Esses fatores intensificam a degradação ambiental, já que com a diminuição do nível da lagoa, que tem ligação com o mar pelo rio Mampituba, a água salgada está entrando facilmente, provocando um processo de salinização que é altamente prejudicial para a pesca e a sobrevivência da vida marinha. Além disso, a vegetação ribeirinha da lagoa sofreu constantes modificações ao longo dos anos sendo substituídas por monoculturas e o reflorestamento ocorrendo com espécies exóticas, principalmente o pinus e o eucalipto.

Todo esse processo desencadeia uma necessidade de alertar o poder público, as iniciativas privadas e a sociedade de forma geral para a importância do resgate da Lagoa de Sombrio.

Este trabalho parte de uma hipótese da criação de uma APA (Área de Preservação Ambiental) para a Lagoa de Sombrio, e propor um equipamento para o desenvolvimento de atividades que proporcionem a requalificação deste bioma.

Í OBJETIVOS

GERAL

É

Desenvolver o anteprojeto arquitetônico de um Centro de Educação e Interpretação Ambiental na Lagoa de Sombrio, como elemento que auxilia a pesquisa e a educação no âmbito ambiental.

Ó Ó

1. Contextualizar a história da lagoa, buscando compreender a relevância da mesma ao longo do tempo para os municípios da região sul e para o estado;
2. Analisar, com base na literatura, os conceitos interpretação ambiental e as tipologias brasileiras de Centros de Educação Ambiental;
3. Realizar análises e levantamentos sobre o recorte, seu entorno e região;
4. Estudar referenciais arquitetônicos para construir conhecimento que auxilie na elaboração do programa de necessidades e na concepção do partido;
5. Elaborar o partido arquitetônico do Centro de Educação e Interpretação Ambiental na Lagoa de Sombrio em TC-I e desenvolvê-lo como anteprojeto em TC-II, considerando os levantamentos realizados.

METODOLOGIA

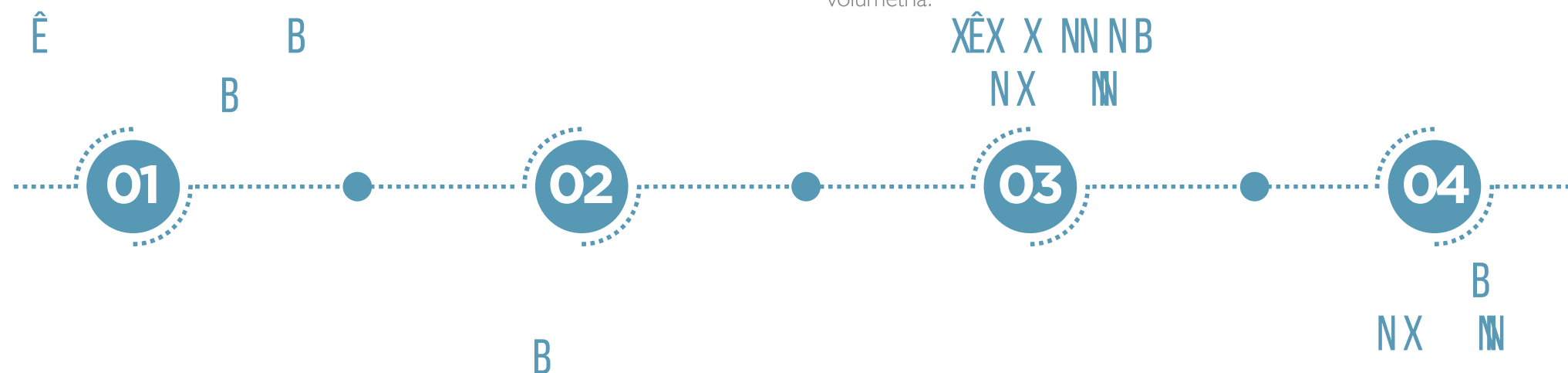
MÉTODO É

Apresentação da fundamentação teórica de assuntos relacionados ao tema abordado, afim de auxiliar na compreensão do tema e nas decisões de projeto.

Temas: Educação ambiental, Interpretação ambiental, Centros de Educação Ambiental - CEAs e Tipologias dos CEAs.

Apresentação de análises de referenciais arquitetônicos que poderão vir a auxiliar no desenvolvimento do partido arquitetônico do CEIA.

Itens a serem analisados nos referenciais: Uso e relação com entorno, programa de necessidades, dimensionamento, implantação, materialidade, estrutura, escalas, soluções de implantação e volumetria.



Apresentação da contextualização nas escalas: regional, municipal e do bairro. Analisando a cerca do histórico, desenvolvimento e transformações urbanas, mobilidade, fauna, flora, hidrologia, condicionantes gerais e parâmetros urbanísticos. Mostrando os estudos necessários através de mapas e esquemas e justificando o porque da escolha do terreno.

Após os estudos realizados deverão ser proposto o conceito do partido e as intenções e diretrizes de projetuais, a definição do programa de necessidades e o pré-dimensionamento.

Nesta etapa deverão ser apresentado desenhos esquemáticos de implantação e dos pavimentos, esquemas conceituais e esquemas de cortes, volumetria e materialidade para entendimento da proposta.



BÉ

2

DOIS

Ê R Á X Ô I T O R H B Z

LC T ãM ZMAHNTZL

ARDVDGIST RIBOMUNCIZL

As preocupações e discussões com o meio ambiente se evidenciaram a partir da segunda metade do século XX, no entanto os primeiros registros da utilização da expressão “Educação Ambiental” datam de 1948, numa reunião em Paris que originou a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza).

Essas discussões ganharam força a partir da década de 1960, quando o mundo refletia sobre o futuro do planeta e da civilização, com base nos resultados da segunda guerra mundial, surgindo publicações e menções a respeito do assunto em grandes conferências e com a criação do Clube de Roma em 1968, que agregou os sete países mais ricos do mundo para debater o crescimento econômico e seus impactos sobre a natureza e sobre a sociedade.

Em 1972 na Suécia, aconteceu a Conferência de Estocolmo que foi o primeiro movimento mundial para discutir problemas ambientais, onde se atribui a inserção da temática da Educação Ambiental na agenda internacional.

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, aconteceu em Tbilisi, na Georgia (ex-União Soviética), promovido pela UNESCO, a Conferência de Tbilisi, onde definiram os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são aderidos no mundo todo. E vinte anos após Estocolmo, em 1992, aconteceu a Conferência conhecida como Rio-92, onde foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global além da criação da Agenda 21, que propõe práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável para nações, estados e cidades.

INSTHUBIONZLIÇZ OCZ DCUBZ OZMAHNTZL NOARZSH

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República.

Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da

Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (MEC, 2007, p. 13).

Durante a Rio-92, com a participação do MEC, foi elaborada a Carta Brasileira para Educação Ambiental. E no ano seguinte, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA). E em 1994, em função dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Após dois anos de debates acerca do tema, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

Ocorrendo em 1999 a ascensão da Educação Ambiental no Brasil, com a aprovação da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

H Ó É Ó Ó Õ É Õ Ó É É Í É

A principal função da Educação Ambiental é;

(...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...)” (Cap. 36, Agenda 21).

Segundo Medina, 2001 a educação ambiental propicia às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais.

LEI Nº 9.795 DE 13/10/1999

A lei 9.795/99 define juridicamente a educação ambiental como:

Processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]. (art. 1º).

Assim, afirma-se que a educação ambiental é um instrumento de conscientização e incentivo a mudanças comportamentais do indivíduo em relação ao meio ambiente. E que tem por objetivo abranger todos os cidadãos, para isso é subdivida de duas maneiras em formal e informal.

Educação Ambiental Formal é um processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino regulamentadas pelo MEC;

Educação Ambiental Informal se caracteriza por sua realização fora de uma unidade de ensino, envolvendo flexibilidade de conteúdos e métodos de ensino, e um público-alvo que pode ser variável (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, etc.).

Além da classificação de formal e informal, a Educação Ambiental é também classificada por alguns autores quanto a metodologia de ensino:

Educação Ambiental em Sala de Aula trata-se da aquisição de conhecimentos e habilidades relativos à interação com o ambiente, que está baseada na transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado. (MEC, 2017, p. 18).

Educação Ambiental Não Formal também conhecido como educação ao ar livre, corresponde a uma estratégia pedagógica onde se procura aprender através do contato com a natureza ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou comunidade. O meio ambiente provê o aprendizado experimental, tornando-se um meio de aprendizado. (MEC, 2017, p. 18).

Educação Ambiental por Projetos é um processo através do qual se busca o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado. (MEC, 2017, p. 18).

ZMAHNTZL

“

Portanto, somente através da educação o indivíduo irá adquirir valores e atitudes que possibilitará a ele transformar a realidade a sua volta. E conforme a Lei Federal de nº 9795/99 a educação ambiental é de responsabilidade de todos os setores da sociedade e toda comunidade tem direito a ela.

Nesse contexto, a pesquisa em questão compreende o estudo teórico de um espaço onde seja possível transmitir a importância da educação ambiental para a população das cidades abrangidas pela Lagoa de Sombrio, bem como para viajantes/turistas que trafegam por essas cidades através da BR-101. Visando a conscientização e mudanças comportamentais em relação à realidade socioambiental onde estão inseridas.

”

A temática ambiental tem se difundido nas últimas décadas, assim como projetos e iniciativas alinhadas a educação ambiental, responsável por sensibilizar e, principalmente, mobilizar comunidades para a questão em destaque (SANTOS et al, 2011).

As atividades de interpretação ambiental fazem parte destas iniciativas, que (...) são responsáveis por garantir o contato com um ambiente não-urbano, promover a interação homem/natureza, bem como contribuir com a emergente consciência ambiental (SIQUEIRA, 2004).

A interpretação ambiental pode ser entendida como uma parte da educação ambiental, através dela, haverá um sistema de comunicação que objetive uma melhor compreensão do ambiente natural e interpretação da natureza em áreas protegidas, centros de interpretação da natureza, museus, entre outros (MOREIRA, 2011). Sendo assim, a interpretação ambiental é um importante método educativo a serviço da educação ambiental.

ZMAHNTZL

É É Í É U

A Interpretação Ambiental refere-se a um conjunto de princípios e técnicas que visam estimular as pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência prática direta. Caracteriza-se pela informalidade e encantamento, pela provocação de estímulo, curiosidade e reflexão, pelo uso de interações, comparações e analogias com experiências reais, abordando temas relevantes em seus aspectos normalmente despercebidos e, ou aparentemente insignificantes (MILANO apud SALEME, 2016, p. 10).

A Interpretação Ambiental teve seu começo intimamente e particularmente ligado aos primeiros parques norte-americanos e à recreação de seus visitantes. Neste contexto, os denominados, na época, naturalistas guiavam os visitantes e se comunicavam com eles com o objetivo de mostrar o quanto era proveitoso o passeio a partir do entendimento do lugar. (VASCONCELLOS, 2006).

De acordo com Moreira, Tilden foi o primeiro a definir Interpretação Ambiental afirmando que "é uma atividade educacional que possui o

objetivo de revelar os significados, as relações e os fenômenos naturais por meio de experiências práticas e meios interpretativos, ao invés da simples comunicação de dados e fatos" (TILDEN, 1957 apud MOREIRA, 2011, p. 78).

Dessa forma, pode-se afirmar que a Interpretação Ambiental esclarecer os fenômenos e características ambientais para um determinado público, através de linguagem acessível e atividades adequadas. Buscando promover a compreensão do público com as informações que lhe são apresentadas, afim da sensibilização sobre as questões ambientais para uma tomada de consciência que poderá resultar no desejo de conservar o ambiente que lhes foi apresentado.

A Interpretação Ambiental ocorre normalmente em lugares de visitação turística relacionadas com o meio ambiente. Se caracterizando como uma atividade educativa, comunicativa, recreativa e de lazer, que deve acontecer de modo pontual e situado. Ou seja, os visitantes vivenciam uma atividade de interpretação durante poucas horas e em um local específico.

Ó Õ É

A interpretação pode acontecer de diferentes formas que ocorrem através de vários métodos, que podem ser desde folhetos a trilhas, visando a sensibilização e o entendimento do visitante sobre o local.

Trilhas: Um caminho previamente estabelecido, com comprimento que não deva ser maior que 2 km, com passagens em vários pontos de interesse, deve ser sinalizada, com letreiros, figuras ou painéis e legendas interpretativas. Podem ocorrer dirigidas por guias ou autodirigidas pelos visitantes.

Museus pequenos e/ou exposições: permitem apresentar aos visitantes aqueles objetos de difícil observação no local, bem como a história do local, estão normalmente anexados ao centro de visitantes.

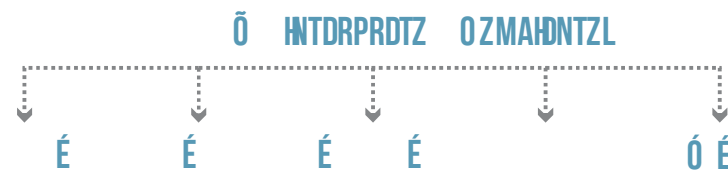
Placas e painéis: são objetos que auxiliam o processo de interpretação do visitante com o ambiente. Seu conteúdo pode ser sobre sinalização de orientação, fotografias, mapas e documentos. Devem ser atraentes, simples, geralmente com menos de cem palavras, de fácil entendimento e acessíveis às crianças e deficientes físicos.

Publicações: As interpretações em forma de materiais impressos, devem despertar a curiosidade do visitante, como mapas, imagens. Servem para educar e como uma recordação da visita.

Palestras: Podem acontecer no centro ou ao livre, ou de apoio as exposições, devem ter um foco objetivo, para que não sejam longas e cansativas e sempre voltadas a questão ambiental e do local.

Mirantes: São locais elevados de onde se descortina um panorama, que muitas vezes se constituem de belezas naturais de alto valor, sendo muito populares e atraem um grande número de visitantes.

Centros de Visitantes: O centro de visitantes é onde se concentra grande parte do programa de interpretação. O centro pode oferecer atividades, roteiros, informações.



B B

B

B Ó É

ÓÉ ÉÓ É Õ Ó É

Refere-se a iniciativas que dispõem de estrutura física para o desenvolvimento dos mais variados tipos de atividades de Educação Ambiental, que vão desde a simples disponibilização de informações ambientais até o estímulo à organização local comunitária para a participação em processos políticos de intervenções socioambientais na realidade. (Deboni, 2004, p. 23).

Entende-se como Centro de Educação Ambiental iniciativas que tenham como objetivo central a realização de atividades de Educação Ambiental e que disponham de, pelo menos, quatro dimensões essenciais: espaço físico, equipamentos e entornos, equipe educativa; projeto político-pedagógico e estratégia de sustentabilidade.

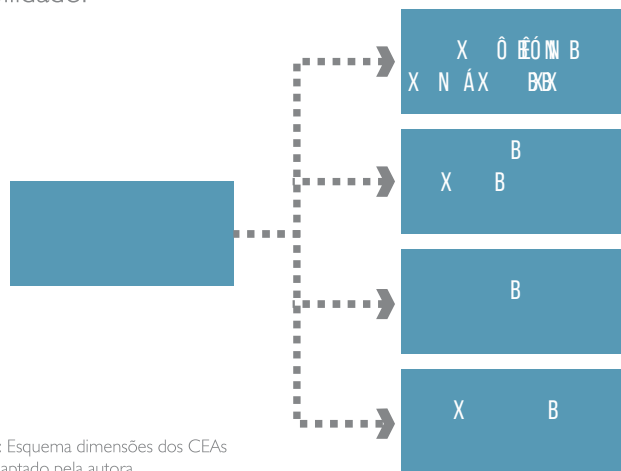


Figura 02: Esquema dimensões dos CEAs
Fonte: Adaptado pela autora

Í Õ Ó É

Os objetivos dos centros de educação ambiental, segundo a Resolução para Centros de Educação Ambiental elaborada pelo ministério do meio ambiente em 2005, são:

- Disponibilizar informações de caráter ambiental, como elemento para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental;
- Estimular processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais e a revisão de valores dos indivíduos com os quais se relacionam;
- Promover ações de caráter formativas, de capacitação e de treinamento em educação ambiental;
- Desenvolver atividades interpretativas, de sensibilização e de contato com a natureza e de interpretação histórico-cultural;
- Delinear e implementar projetos e eventos diversos;
- Articular entidades e pessoas para potencializar ações comunitárias locais e fortalecer coletivos e organizações;
- Constituir-se em espaço de lazer e ócio e/ou de realização de atividades lúdicas e culturais;
- Desenvolver projetos de pesquisa e de produção/socialização de conhecimento;
- Promover intercâmbio científico, técnico e cultural entre CEAs e com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros da área ambiental.

Õ Í É É Õ Ó Õ Õ Ó É Í É

A rede surgiu com a necessidade de articulação organizacional das instituições educadoras de CEAs existentes no país. Por ser considerado um movimento novo, existem poucos referenciais teóricos relacionados a essa temática no país, assim um dos papéis da rede é servir como base aos já existentes e aos novos orienta-los para a adoção de práticas que contribuam para seu funcionamento pleno, de acordo com os conceitos defendidos pela rede, como a adoção de estratégias sustentáveis ao edifício.

G Ó Õ B Õ Õ Ó É Z Í É É

Os Centros de Educação Ambiental foram difundidos durante o processo preparatório do Rio-92, como centros de referência sob estímulo de Encontros Nacionais e Regionais de Educação Ambiental (EA) promovido pela então Assessoria de Educação Ambiental do MEC. (CZAPSKI, 1998).

Em 1992, essa Assessoria promoveu o "I Encontro Nacional de Centros de EA", em Foz de Iguaçu, onde foram debatidos projetos, propostas pedagógicas e recursos institucionais. Neste ano também foi produzida a Carta Brasileira de Educação Ambiental uma reivindicação favorável aos centros existentes e de incentivo à criação de novos.

No ano de 1993, o MEC formaliza a implantação dos Centros de Educação Ambiental, como "instrumentos complementares do processo de mudança na formação integral do cidadão, diante de uma nova consciência ambiental, interagindo com diversos níveis e modalidades de ensino e introduzindo práticas de EA junto às comunidades" (CZAPSKI, 1998). No entanto, segundo Silva, os Centros de Educação Ambiental (CEAs) iniciam sua trajetória a partir de meados da década de 70, sobretudo por intermédio de esforços demandados pelo setor público.

As iniciativas "pioneiras" de CEAs emergem a partir dessa época, respectivamente nos anos de 1976 e 1978, o primeiro numa Unidade de Conservação de São Paulo (Núcleo Perequê, situado no Parque Estadual da Ilha do Cardoso) e o outro ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR). (SILVA, 2004, p. 25.).

EÉ Õ É Õ BDZ A É

É	Õ
Fase fundacional	1976 - 1987
Fase da oficialização	1988 - 1992
Fase da efetivação	1993 - 1997
Fase atual	1998 - 2015

Com base nos 264 CEAs existentes catalogados pela Rede CEAs, foi elaborado as porcentagens relativas desses CEAs que foram surgindo em cada uma das quatro fases propostas.

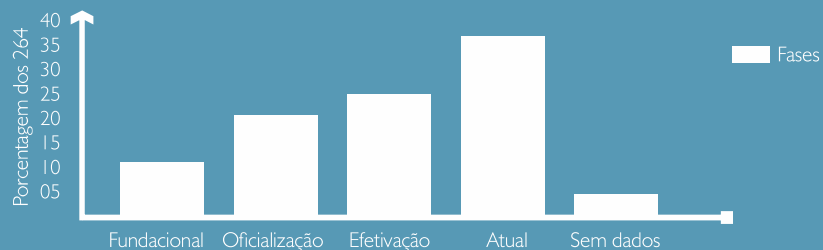
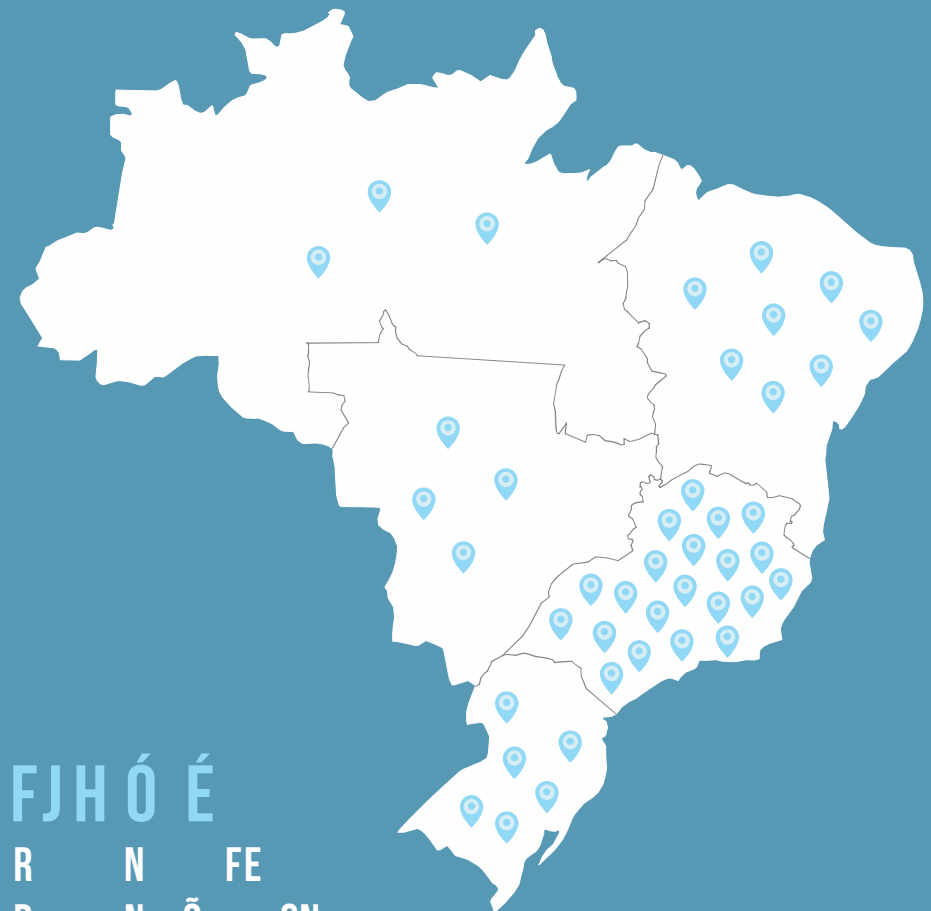


Figura 03: Gráfico comparativo evolução dos CEAs
Fonte: A autora

É possível observar que a Fase Atual (1998-2015) é aquela que concentra a maior parte (37%) do surgimento de CEAs, acompanhada pela Fase anterior (da Efetivação, 1993-1997) com 24% e pela Fase da “Oficialização” (1988-1993) com 22%. Nota-se na Fase Fundacional (1976-1987) uma porcentagem de 12% de CEAs que surgem, e 5% dos CEAs não responderam a esta questão.

BDZ A É



FJH Ó É

R N FE
R N Õ GN
R B O FJ
R S Õ EHG
R S GI

Figura 04: Panorama atual dos CEAs no Brasil por região
Fonte: A autora